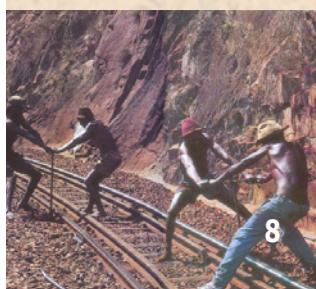


A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol. 8 No.2 Junho 2005

INTERIORES...



Uma chamada para acção Investimento Comércio... e Ajuda

Copyright: South African Tourism

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
FOOD SECURITY	5
DÍVIDA/DESENVOLVIMENTO	6
TRANSIÇÕES	7
INFRAESTRUTURA	8-9
INOVAÇÕES	10
ENERGIA	11
NEGÓCIOS	12
GÉNERO	13
LIVROS	14
EVENTOS	15
A HISTÓRIA HOJE	16

por Munetsi Madakufamba

A **SEGUNDA** metade de 2005 é abundante em eventos e processos de crucial importância para a agenda de desenvolvimento da África Austral.

Como outras regiões em desenvolvimento, a África Austral tem que lidar, cada vez mais, com a paradoxal questão de escolher entre apoio ao desenvolvimento ou investimento e comércio. Mas a realidade do desenvolvimento e as lições da História sugerem que opções fáceis ou soluções rápidas têm poucas probabilidades de resolver os perenes desafios da pobreza.

Em recentes auto-avaliações, a SADC confirmou a realidade que confronta, não só esta região, mas também todo o mundo em desenvolvimento, de que são necessárias grandes

intervenções multifacetadas para se atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Assim, a Cimeira Económica de África, que teve lugar na Cidade do Cabo, a Cimeira da União Africana, na Líbia, a Cimeira do G8 na Escócia, são alguns dos grandes eventos que a África Austral olha com especial interesse. Igualmente importante será a Cimeira das Bodas de Prata da SADC no Botswana e a Cimeira de Revisão do Milénio, das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Estes eventos, embora independentes uns dos outros na sua apropriação, estão interligados e complementam-se de muitas maneiras e, sobretudo, os seus resultados são de um fundamental significado para os milhões de cidadãos da África Austral.

continua na página 2

África Austral necessita de tanta ajuda quanto ao investimento e comércio

continuação da página 1

A Cimeira Económica Africana, organizada pelo Fórum Económico Mundial, baseado na Suíça, tem-se tornado o ponto de encontro anual de líderes de negócios, da política, e da sociedade civil. A cimeira deste ano procurou “reforçar a mensagem de África está aberta ao negócio”, e sublinhou o “papel chave do sector privado como o motor da regeneração de África”.

Enquanto procura consolidar um ambiente político estável e favorável aos negócios no continente, a Cimeira da União Africana deverá também rever o seu programa económico de três anos, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

Levantam-se preocupações de que o programa da NEPAD tem sido lento a começar, principalmente devido à falta de recursos financeiros, apesar de ter sido recebido com entusiasmo pela comunidade internacional quando foi lançado.

E mais, o secretariado da NEPAD revelou, durante a Cimeira Económica Africana em Maputo ano passado, que o sector privado mostrou pouco interesse nos seus prioritários 20 projectos de infraestruturas. E o seu orçamento anual de 64 milhões de dólares americanos necessários para financiar todo o projecto da NEPAD também não está a ser disponibilizado.

Esta é, em parte, a razão porque África vai seguir o processo com especial interesse na Cimeira do G8 de Gleneagles. O Reino Unido, a França, a Alemanha, os Estados Unidos, o Japão, a Itália, e o Canadá formam o Grupo dos Sete (G7) e, com a Rússia, o Grupo dos Oito (G8) – Os países financeiramente mais poderosos do mundo.

O Reino Unido detém actualmente a presidência rotativa do G8, e através da Comissão para África, o Primeiro Ministro Tony Blair prometeu priorizar o continente, fazendo da África um dos dois temas chave da Cimeira de Gleneagles.

Não há dúvida que é necessária uma acção mais resolvida e o cumprimento das promessas feitas se quisermos que África, com as parcerias

existentes, atinja os seus objectivos de desenvolvimento.

Para a SADC as metas do Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico Indicativo (RISDP) não podem estar dissociados dos objectivos da NEPAD e dos Objectivos do Milénio, que constituem um conjunto de objectivos de desenvolvimento que os líderes mundiais assinaram na Cimeira do Milénio da ONU em 2000.

Como diz o secretário executivo da NEPAD, o prof. Wiseman Nkuhlu, “A NEPAD será julgada pelo seu progresso em relação aos Objectivos do Milénio”, bem como o RISDP.

A Cimeira de Revisão do Milénio vai avaliar os progressos durante os últimos cinco anos e presumivelmente recomendar que medidas realísticas serão necessárias para se atingir as metas do Milénio, incluindo a redução da pobreza para metade até 2015.

O progresso até ao presente tem sido lento, e o papel crucial do G8 de conceder apoio ao desenvolvimento é de importância fundamental para se atingir os objectivos do RISDP, da NEPAD e do Milénio.

Assim, o “apelo à acção”, da Cimeira Económica Africana, é para todo o sector privado, a sociedade civil e os governos, bem como para a SADC, para África e para o G8.

Para a África atingir os Objectivos do Milénio, diz o Prof. Nkuhlu, “significa um desenvolvimento económico numa escala sem precedente”.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) não atingiu a meta de 0,7 por cento do Produto Interno Bruto estabelecido pela ONU e acordado na Cimeira da Terra no Brasil há uma década.

De acordo com a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), em 2004 os Estados Unidos continuaram a ser

Cimeira Económica Africana	Cidade do Cabo	1-3 Junho
Cimeira da União Africana	Líbia	3-4 Julho
Cimeira da G8	Escócia	6-8 Julho
Cimeira das Bodas de Prata da SADC	Botswana	17-18 Agosto
Cimeira de Revisão do Milénio da ONU	Nova Iorque	14-16 Setembro

o maior doador de ajuda em termos de volume, seguindo-se o Japão, a França, o Reino Unido e a Alemanha.

A Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Noruega e a Suécia foram os únicos que ultrapassaram a meta de 0,7 por cento do seu PIB.

A OECD diz que enquanto que a assistência oficial aos países em desenvolvimento aumentou para 78,6 biliões de dólares norte-americanos em 2004, cifra jamais antes atingida, vários factores contribuíram para isso. Isso inclui mais ajuda ao Afeganistão e Iraque, mas tristemente pouca para a África.

Para a agenda da erradicação da pobreza da África Austral, a ajuda de desenvolvimento é tão importante quanto o investimento e comércio. É por esse motivo que iniciativas tais como a Cimeira Económica Africana, que desenvolveu um gosto pela região da SADC, são de uma importância crucial.

Ao longo dos anos, a Cimeira Económica Africana foi crescendo em estatura na medida em que constitui a plataforma para os intervenientes avaliarem oportunidades de negócios que o continente oferece ao mesmo tempo que criticam os constrangimentos das políticas que emperram o comércio e a o investimento.

A região tem em abundância exemplos de parcerias bem sucedidas nos sectores público e privado, tão bem promovidas pela cimeira económica – O Corredor do Maputo (que alberga, entre outros, o projecto da fundição de alumínio da Mozal), a auto-estrada da Trans Kalahari, e muitos mais.

Mas talvez o menos explorado potencial da África Austral são os seus abundantes recursos naturais, que incluem uma vasta gama de minerais. As estatísticas da SADC mostram que a mineração continua a ser o fundamento da maior parte das economias da região austral de África, contribuindo com 60 por cento das receitas em moeda externa, 10 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), e 5 por cento de emprego.

Novos 13 estados membros da SADC são considerados “estados mineiros”.

Metais chave e minerais destes países incluem o asbetos, carvão, cobalto, cobre, cromo, diamantes, ouro, nióbio, platina, vanádio e zinco.

Contudo, com a natureza volátil do preço dos minerais a nível mundial, o grosso do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tem sido para os países produtores de petróleo na região – Angola e África do Sul.

Enquanto o IDE é bem para o crescimento e desenvolvimento, uma precaução especial deve ser para garantir que não é simplesmente uma “extração da riqueza e pouco mais”, para usar as palavras do Ministro sul-africano das Finanças, Trevor Manuel. Este assunto é bastante sensível no sector mineiro, da importância da enfatizar a beneficiação do sector mineiro.

Do mesmo modo, o acesso aos mercados mundiais sem a devida ênfase na expansão industrial no país e uma maior circulação comercial intra-regional tal como preconizado pela Área de Comércio Livre da SADC é menos provável que ajude a região a atingir o seu RISDP e outras metas de desenvolvimento.

Resumindo, ajuda, investimento e comércio são todos elementos necessários da receita que a África Austral necessita para atingir com sucesso os seus grandes objectivos de desenvolvimento estabelecidos no contexto do RISDP, NEPAD e Objectivos do Milénio (OM).



Copyright: South African Tourism

Ministros estabelecem agenda para a Cimeira da União Africana

por Hopewell Radebe

OS MINISTROS dos Negócios Estrangeiros de África que se reuniram em Adis Ababa em Maio último, estabeleceram o tom da Cimeira da União Africana a ter lugar na Líbia em Julho, onde a reforma das Nações Unidas e o orçamento para os programas do continente deverão estar no topo da agenda dos chefes de estado.

Um Comité de 10, composto por um grupo seleccionado de ministros da União Africana, foi formado após a adopção do Consenso de Ezulwini, na Suazilândia, pelo Conselho Executivo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Africana. Esta é a posição oficial sobre as reformas do Conselho de

Segurança das Nações Unidas, desenvolvimento e questões de segurança. Todavia, o Comité ainda não revelou os nomes dos países e a estrutura de como farão a rotação ou serão dados assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU.

O Consenso de Ezulwini propõe, entre outras coisas, dois assentos permanentes e cinco não permanentes para África num Conselho de Segurança reformado. O Conselho Executivo da UA também incumbiu o Comité dos 10 ministros dos Negócios Estrangeiros da tarefa de popularizar e mobilizar apoios para a posição africana sobre as reformas do Conselho de Segurança da ONU, incluindo interacção com o secretário geral, Kofi Annan, e com o presidente da Assembleia Geral, Jean Ping.

Parlamento Pan-Africano não desanima perante insuficiência de fundos.

GERTRUDE MONGELLA, a primeira Presidente do parlamento Pan-Africano, recordou aos colegas que o artigo 11 do tratado, que criou o parlamento, dá a este órgão poderes para:

- apreciar o orçamento da União Africana,
- mobilizar para a harmonização das políticas para a integração regional,
- e produzir recomendações que promovam os direitos humanos, instituições democráticas e boa governação.

Até este momento, quarenta e seis países já ratificaram o protocolo do parlamento, e cada um deles já elegeu cinco membros, incluindo pelo menos uma mulher. Desde a abertura da segunda sessão do parlamento, no Centro de Gallagher, em Midrand, Joanesburgo, em princípios deste ano, os representantes têm estado a discutir o problema financeiro, e apelaram para que a instituição receba recursos adequados para que possa atingir os seus objectivos de promover a democracia, unidade e desenvolvimento.

Os parlamentares propuseram a criação de um Trust Fund como uma fonte adicional de financiamento para as suas actividades.

Mongella disse que este órgão operou sem orçamento durante o seu primeiro ano de existência, ano

passado, e a recente sessão terminou uma semana mais cedo para poupar algum dinheiro.

A UA tinha orçamentado cerca de 5 milhões de dólares americanos para financiar as actividades do parlamento este ano. Esperava-se que uma parte substancial deste montante seria usado para criar 37 novas posições necessárias para o funcionamento do parlamento. Contudo, a liderança diz que é necessário mais dinheiro para fazer face a outros desafios.

A insuficiência de fundos não deteve o Parlamento Pan-Africano de trabalhar para encorajar os parlamentares em todo o continente africano a estarem a frente na ratificação do Protocolo para a Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, sobre o Direito da Mulher em África. Mongella apelou aos 256 parlamentares a garantirem que o seu trabalho vai além de meras palavras e possam promover questões que milhões de Africanos enfrentam. "Para a maior parte das pessoas pobres e especialmente as mulheres em África, os parlamentos continuam a ser algo muito longe da realidade e desafios do seu dia-a-dia", disse Mongella.

Ela disse que a credibilidade do Parlamento Pan-Africano não deve assentar na qualidade de representação, mas nas matérias que defende, nas causas por que luta e nas mudanças que tenta imprimir nas vidas das pessoas em toda a África.



Quinta Gallagher em Midrand, África do Sul. Edifício onde funciona Interimamente o Parlamento Pan Africano

Espera-se que a cimeira da UA se pronuncie sobre a formula e os critérios de pagamento que devem ser aplicados aos estados membros, baseados numa série de factores que incluem o seu poder económico e estabilidade política em termos de aderência aos princípios de boa governação prescritos pelo documento de fundação da UA.

A procura de meios para estimular blocos regionais de desenvolvimento e mecanismos comerciais inter-regionais em África continua a ser prioridade para a UA. O maior obstáculo que o continente enfrenta tem sido que muitos países africanos ainda continuam a fazer mais comércio com as antigas potências coloniais do que com entre si.

A UA está a tentar inverter esta situação tornando o comércio no continente mais fácil através da redução de obstáculos burocráticos. A cimeira vai receber relatórios sobre o progresso nesta área e espera-se que os líderes continentais votem recomendações que, entre outras coisas, apelam para um relaxamento

de legislação que restringe o comércio entre países vizinhos.

Acredita-se que o Conselho Executivo da UA vai também recomendar que os blocos económicos regionais focalizem as suas atenções na construção de relações e entrem em acordos com os maiores actores económicos noutros continentes, particularmente no Médio Oriente e na Ásia.

No passado, o conselho apelou ao continente para explorar outras vias para expandir o comércio e estimular o crescimento económico. A ideia incluía a diversificação de acordos comerciais para não mais focalizar somente na luta pelo acesso aos mercados europeus.

O objectivo final é eventualmente juntar todos os blocos económicos africanos para formarem uma única grande economia. A UA acredita que com os blocos económicos africanos a negociarem como uma poderosa entidade, será mais fácil negociar e ter ganhos à mesa do que negociando individualmente com 54 países membros ao mesmo tempo.

Chicano nomeado enviado especial da ONU

O SECRETÁRIO Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou o antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, como enviado especial para tentar encontrar consensos sobre as reformas na ONU.

Como um dos cinco enviados especiais para diferentes regiões do mundo, Chissano vai-se encontrar com chefes de estado e de governo de vários países africanos para transmitir a agenda de Annan e discutir outros assuntos que precedem a reunião da Assembleia Geral da ONU em Setembro.

As Nações Unidas produziram um documento para angariar apoio para os seus Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG) e propuseram reformas na instituição.

Chissano já visitou o Zimbabwe, e o seu itinerário inclui a Argélia, Egito, Líbia, África do Sul, e a Tanzânia.

Chissano, que cessa funções como presidente da República de Moçambique em Janeiro deste ano, foi também nomeado enviado especial de Annan encarregue de garantir eleições presidenciais "pacíficas e credíveis" na Guiné-Bissau, na África Ocidental.



COMÉRCIO UMA PARCERIA GLOBAL

O comércio é a chave para os objectivos de desenvolvimento

UM DOS Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, da ONU – estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento – reflecte uma preocupação com o comércio internacional e a marginalização das economias africanas.

O comércio é visto como uma necessidade crítica para as economias africanas atingirem os objectivos de desenvolvimento acordados pelos líderes mundiais em 2000 como metas para 2015 nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e assuntos género. O primeiro objectivo é reduzir até metade o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta até ao ano 2015, tomando como ponto de partida 1990.

Assim, a marginalização dos países africanos no comércio internacional é um desafio para um continente que está a tentar ultrapassar o subdesenvolvimento e reforçar a sua posição na arena da economia global.

Os líderes africanos reconheceram que as responsabilidades dos estados africanos incluem:

- diversificação;
- maior competitividade nas exportações;
- melhoria de infra-estruturas;
- promoção de comércio intra-africano;
- redução das taxas de exportação, e melhoria dos acordos comerciais ao nível regional e continental.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), que identifica o comércio como um instrumento crítico no desenvolvimento sustentável, vê um papel impulsionador da comunidade internacional na promoção da participação africana no comércio internacional.

A NEPAD identificou acções que devem ser executadas pela comunidade internacional para estimular o comércio e o desenvolvimento, tais como a facilitação do acesso aos mercados para os produtores africanos, e a remoção de barreiras não-tarifárias para que os estados africanos tenham melhor acesso aos mercados onde levam uma vantagem comparativa em relação aos países industrializados.

As economias africanas são vulneráveis por causa

da sua dependência na produção primária e de sectores baseados nos recursos, e a sua estreita base de exportações, o que torna crítica a harmonização da NEPAD e dos Objectivos do Milénio para promover crescimento com desenvolvimento.

Para a África Sub-Sahariana, as metas para 2015 só podem ser atingíveis com uma mudança radical no comércio internacional e um firme comprometimento aos Objectivos do Milénio.

Isto pode ser conseguido por líderes africanos dedicados e apoiados por um comprometimento do mundo desenvolvido às promessas de liberalização e ajuda adicional.



Buscando uma posição comum sobre ODMs

A COMISSÃO da União Africana e o secretariado da NEPAD estão a preparar um Relatório Africano sobre o progresso e os constrangimentos para se atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) no continente.

O relatório vai contribuir para o desenvolvimento de uma Posição Comum Africana (ACP) sobre os ODMs a ser submetido à Cimeira da UA em Julho deste ano para apreciação como a contribuição africana para a Cimeira de Revisão do Milénio na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque em Setembro, no quinto aniversário do lançamento dos ODMs.

Para dar uma análise precisa do progresso e dos constrangimentos para se atingir os ODMs em África, uma vasta gama de questões deve ser consultada para alargar a titularidade e tornar os ODMs mais significativos para a agenda desenvolvimento.

A Comissão da União Africana e o secretariado da NEPAD vão produzir o relatório através de uma estreita cooperação com as Comunidades Económicas Regionais, tais como a SADC, bem como com o PNUD e outros parceiros bilaterais.



A meta dos ODM até 2015 é de reduzir até metade a proporção de pessoas sem acesso à água potável

Sondagem propõe base de dados Africano sobre TICs

UMA SONDAGEM continental recomendou que a NEPAD estabeleça uma base de dados sobre Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) a nível continental.

Para que esta ICT tome raízes no continente, o relatório fala da necessidade de estabelecer um grupo de pensadores e associações reguladoras continentais para harmonizar o quadro regulador africano.

Analisando o actual estado de estratégias electrónicas na maior parte do continente africano, o estudo concluiu que leis capazes de levar avante iniciativas a nível nacional são inexistentes na maior parte dos casos.

Maurícias foi identificado como um bom exemplo de implementação de uma estratégia electrónica nacional, com a sua visão de se tornar numa "ciber-ilha".

O estudo também concluiu que estratégias electrónicas estão num estágio primário de desenvolvimento em muitos dos países, enquanto que projectos em desenvolvimento, tais como educação-electrónica, saúde-electrónica e governo-electrónico, são muito implementados sem um quadro.

O propósito do estudo era o de avaliar a presente situação dos TICs no continente, para identificar obstáculos técnicos e regulatórios que colocam em risco o rápido desenvolvimento de infra-estruturas, serviços e aplicações.

Por outro lado, o estudo procurava identificar alternativas técnicas para a construção de infra-estruturas.

Baseado nas suas conclusões, o estudo realçou a necessidade de um mecanismo de cooperação entre as relevantes instituições, conduzidas por uma abordagem regional à assistência ao desenvolvimento.

Há também necessidade de desenvolver uma estratégia a nível do Continente africano, um plano de acção e implementação para o desenvolvimento dos TICs. Isto tudo seria complementado por políticas harmonizadas e um quadro regulador em toda a África.

Capacitação da sociedade civil

A NEPAD lançou um programa de dois anos para melhorar a capacidade da sociedade civil para se engajar no processo de participação pública.

A implementação dos projectos e programas da NEPAD requer que o público seja parte dos ciclos de colecta de informação e de tomada de decisão que os afectam directamente.

O projecto, chamado Calabash, consiste numa série de actividades de capacitação e resultados. O plano deverá estar concluído até Julho de 2005.

Segurança alimentar colheitas reduziram na África Austral esta época

A MAIOR parte da África Austral está a enfrentar uma queda de colheitas como resultado de fracas chuvas na última metade da época 2004/05.

As áreas afectadas incluem grande parte de Moçambique e Zimbabue, o sul de Angola, o sul e centro do Malawi, o norte da Namíbia, o norte da África do Sul e o sul da Zâmbia. Em contrapartida, as áreas produtivas da região central da África do Sul tiveram boas chuvas e tiveram colheitas acima da média esta época.

A produção de milho em particular foi adversamente afectada

Enviado da ONU visita a região da SADC

O ENVIADO especial das Nações Unidas, James Morris, visitou recentemente cinco países da África Austral para avaliar como é que a ONU pode complementar os esforços nacionais para fazer face à escassez em algumas partes da região e o impacto do HIV e SIDA.

Morris visitou o Botswana, Malawi, África do Sul, Zâmbia e Zimbabue, onde manteve conversações com os respectivos governantes. O enviado da ONU teve consultas com o Secretário Executivo da SADC, Prega Ramsamy, no Botswana.

Alguns países da África Austral têm enfrentado desafios em termos de necessidades alimentares durante os últimos anos devido a reduzidas colheitas resultantes de cheias provocadas por ciclones e sucessivas secas.

Contudo, a direcção da FANR diz que a região tem estado a assistir a uma melhoria constante da situação de segurança alimentar, com o número de pessoas que necessitam de assistência alimentar a baixar de 15,2 milhões em Março de 2003 para 5,4 milhões em Março de 2005.

Números definitivos de pessoas que vão necessitar de ajuda alimentar no Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabue deverão ser conhecidos em finais de Junho, mas há indicações que apontam para uma possível subida para cerca de 10 milhões, diz a FANR.

e receia-se que haja um declínio de entre 10 e 30 por cento em muitos países, excepto a África do Sul.

Na maior parte dos países da região estão em curso sondagens de previsões de colheitas, que vão fornecer uma indicação mais apurada da produção alimentar e estoques alimentares disponíveis para o ano de consumo 2005/06.

Os resultados desta avaliação vão constituir a base para planos que articulam intervenções apropriadas e outras decisões dos doadores, governos, e outras organizações humanitárias sobre programas a desenvolver.

Contudo, a actual produção de cereais (milho, trigo, arroz, sorgo e mapira) está projectada em 25,08 milhões de toneladas. Isto representa uma redução em dois por cento em relação à colheita de 2004 que foi de 25,60 milhões de toneladas.

A projectada colheita de milho na

África do Sul é estimada em 11,79 milhões de toneladas. Segundo a direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da SADC (FANR), os outros grandes produtores de milho, tais como o Zimbabue, o Malawi e a Zâmbia, esperam colheitas bastante fracas.

A baixa de produção derivou principalmente de fracas chuvas durante a segunda metade da época entre Janeiro e Março de 2005. Aliado a isto está o problema do difícil acesso aos fertilizantes e sementes melhoradas, principalmente para agricultores de pequena escala em países tais como o Malawi e o Zimbabue, diz a FANR.

As actuais previsões indicam uma produção regional agregada de milho na ordem de 20,04 milhões de toneladas, o que representa uma redução de dois por cento em relação à colheita de 20,44 milhões de toneladas em 2004, mas nove por cento mais alta do que a média

de 18,31 milhões nos últimos cinco anos.

Melhores colheitas de milho são esperadas em Angola, Lesotho, República Unida da Tanzânia e África do Sul devido a quedas pluviométricas relativamente mais abundantes na época 2004/05 do que em 2003/04.

Uma análise da FANR da balança alimentar da região indica excedentes de milho de entre 2,30 milhões de toneladas e 2,45 milhões de toneladas para o ano 2005/06. Em média, prevêem-se excedentes de milho mais alto do que os 1,10 milhões de toneladas de 2004/05.

A análise mostra um défice de milho em todos os países membros da SADC excepto a África do Sul. O facto significativo para a região é que os excedentes de milho da África do Sul são suficientes para cobrir os défices em todos os estados membros.

Dependendo do preço, diz a FANR, os estados membros com défices de milho poderão reduzir os custos comprando na África do Sul. A direcção da SADC acrescenta que "Esperamos que esta seja também fonte de ajuda alimentar pela comunidade doadora".

Há um ano...

A declaração de Dar es Salaam desenha o caminho para segurança alimentar

HÁ UM ano, os líderes da SADC reuniram-se numa cimeira extraordinária na Tanzânia, onde adoptaram uma Declaração compreensiva sobre Agricultura e Segurança Alimentar.

A declaração e o plano de acção reafirmam o compromisso da região em garantir um desenvolvimento acelerado da agricultura e uma segurança alimentar sustentável, "como assunto urgente através de intervenções multi-sectoriais estratégicas em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Das Nações Unidas, as declarações da Cimeira Alimentar Mundial de 1996 e 2002, e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da Região (RISDP)".

Falando durante a cimeira, o Presidente tanzaniano, Benjamin Mkapa, usou um provérbio africano que diz que "onde não há vergonha

não há honra", para apelar aos seus colegas líderes para trazer honra para a SADC garantindo que a região possa-se alimentar a si própria numa base sustentável.

A Declaração de Dar es Salaam identifica algumas áreas prioritárias que a SADC deve focalizar a curto prazo (2004-2006) e a médio prazo (2004-2010).

Medidas a curto prazo incluem a necessidade de os estados membros garantirem disponibilidade e acesso a insumos agrícolas chave aos camponeses.

Em particular, a cimeira sublinhou a necessidade de fornecer apoio dirigido a camponeses vulneráveis em termos de insumos tais como variedades de sementes melhoradas e fertilizantes, produtos agro-químicos, serviços de apoio, equipamentos agrícolas, e outros que são cruciais para o

aumento da produção agrícola na região.

Entre outras medidas a médio e longo prazos, os líderes também comprometeram-se a assegurar que todos os estados membros "aumentem progressivamente o seu financiamento à agricultura, alocando pelo menos 10 por cento do seu orçamento nacional dentro de cinco anos, em linha com a Declaração de Maputo da UA sobre Agricultura e Segurança Alimentar de 2003".

No seu comunicado, a cimeira orientou o Comité Integrado de Ministros para iniciar urgentemente actividades de acompanhamento, para assegurar a implementação da declaração e do seu plano de acção.

Os dirigentes concordaram em "rever o progresso na implementação da declaração a cada dois anos a partir da data da assinatura".



"Dobrando o Arco"

"NEPAD e ONU juntam esforços de lobbies para a cimeira do G8

O CHEFE executivo do secretariado da NEPAD, o Prof. Wiseman Nkuhlu, disse que África deve falar numa só voz para garantir resultados positivos na Cimeira Anual do grupo de Oito (G8) dirigentes em Gleneagles, Escócia, de 6 de Julho.

"É crucial que a parceria no seio de África, do G8, e da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD) seja consolidada. Tudo menos que isso vai constringer a capacidade dos africanos de atingirem os Objectivos do Milénio".

Activistas para o cancelamento da dívida satisfeitos com o alívio, mas querem mais

OS MINISTROS das Finanças dos pa ses mais industrializados do mundo, o G8, recomendaram o cancelamento imediato em 100 por cento da dívida multilateral dos pa ses mais pobres do mundo no contexto do HIPC.

Esta medida cobre 40 biliões de dólares americanos de dívida de 18 pa ses ao Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Africano de Desenvolvimento. Outros nove pa ses deverão qualificar-se dentro dos próximos 18 meses, o que vai elevar o total do alívio a cerca de 100 biliões de dólares.

Catorze pa ses africanos qualificaram-se porque atingiram o ponto de conclusão do HIPC. Quatro destes são membros da SADC, incluindo Moçambique, Tanzânia, e Zâmbia, que foram qualificados de imediato, e Malawi, que deverá beneficiar no próximo ano.

A agência britânica de alívio, Oxfam, mostrou-se satisfeita com o acordo mas disse que isto não é suficiente, sublinhando que este cancelamento só cobre entre 10 e 20 por cento do que devia, e que não esteve sendo extensivo a todos os pa ses que dele necessitam.

"Este é um passo positivo em frente, mas que o cancelamento da dívida é apenas parte do que deve ser feito. Apelamos aos dirigentes do G8 para também aumentarem a ajuda a estes pa ses, sem o que muitos deles não poderão sair da pobreza crónica", disse o porta-voz da Oxfam, Barriest Binet, acrescentando que é necessária uma ajuda adicional de 50 biliões de dólares para se atingir os MDGs.

Num encontro previsto para 4 de Julho em Guildhall, em Londres, o secretariado da NEPAD vai unir esforços com a ONU, a sociedade civil e líderes do sector privado para transmitir uma mensagem única ao G8 em vésperas da cimeira de Gleneagles.

O encontro de Londres está programado para coincidir com a cimeira anual da UA na Lbia.

Uma ligação televisiva vai ligar os dois eventos. O tema é "Dobrando o arco - o negócio para se atingir os ODMs em África".

Um esforço cada vez maior deve ser dirigido ao desmantelamento das barreiras internacionais de comércio, que coloca em desvantagem os produtores nos pa ses em desenvolvimento, disse.

A Oxfam argumenta que enquanto alguns pa ses membros da Organização Internacional do Comércio subsidiavam fortemente os seus produtores, eles obrigam os pa ses em desenvolvimento a abrir os seus mercados and a eliminar as tarifas que deviam proteger os seus produtores.

Números do Banco Mundial sugerem que dando aos pa ses subdesenvolvidos maior acesso aos mercados dos pa ses ricos, aqueles podiam ganhar cerca de 150 biliões de dólares ao ano.

"Os pa ses mais pobres preferem antes comercializar entre si para sa r da pobreza do que aceitar ofertas", disse Binet. "É crucial que as injustiças no comércio sejam resolvidas imediatamente pelos pa ses industrializados".

A Campanha de Jubileu da Dvida, baseada no Reino Unido disse numa declaração que cerca de 60 por cento dos pa ses necessitam de um cancelamento total da dívida, o que é muito mais do que os 18 pa ses propostos. O cancelamento da dívida multilateral destes pa ses havia de libertar mais de 10 biliões de dólares por ano para alívio da pobreza e para a educação, mais do que os cerca de um a dois biliões nos termos da presente iniciativa.

Os outros pa ses qualificados para o cancelamento da dívida são Benin, Bolívia, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Guiana, Honduras, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Niger, Ruanda, Senegal e Uganda. (IRIN)

Ao convocar "Dobrando o Arco" em Londres, a NEPAD está actualmente a trabalhar com a Comissão da UA para levar a cabo uma série de consultas com gente de negócios, a sociedade civil e governos em todo o continente para os sensibilizar sobre os ODMs. Estas consultas vão informar sobre uma Posição Africana Comum (ACP).

"Dobrando o Arco" é uma oportunidade para apresentar a ACP aos parceiros internacionais e para coordenar os nossos esforços para alcançar uma nova e mais equilibrada parceria para garantir que as nações africanas atingem os ODMs".

"É imperativo que todas as partes interessadas mobilizem esforços para um massivo aumento de inovação e

investimento que será necessário para se atingir os ODMs", disse Mark Malloch Brown, o chefe de pessoal do secretário geral da ONU e administrador do PNUD.

"Isso significa que não só governos e organizações internacionais, mas muito em particular o sector privado e a sociedade civil para quem os ODMs serão o foco de atenção para o crescimento, boa governação e produtividade".

"No contexto africano, a NEPAD lidera o caminho".

Resultados do evento "Dobrando o Arco" serão apresentados à Assembleia Geral da ONU quando se reunir em Setembro para rever o progresso dos ODMs.

"Tsunamis silenciosos"

De emergências de curto prazo às necessidades básicas de desenvolvimento: Ajuda a África poderá duplicar durante a próxima década

por Ernest Harsch

APÓS UMA década de declínio do fluxo de ajuda a África, a ideia parece estar de regresso.

De acordo com estimativas da ONU, 23,1 biliões de dólares americanos em Apoio Oficial ao Desenvolvimento (ODA) foram dirigidos ao continente em 2003, 46 por cento mais do que nos três anos precedentes.

Tudo indica para nveis ainda mais altos para 2004 e 2005.

Mas isto não é razão para complacências, disse o Presidente francês, Jacques Chirac durante o Fórum Económico Mundial em Davos, na Suíça, em princípios deste ano.

África e outras regiões em desenvolvimento, disse, estão sofrendo crónicos "tsunamis silenciosos" que ceifam inúmeras vidas através da fome, doenças infecciosas e violência.

Se África quer reduzir os seus altos ndices de pobreza precisa de uma assistência mais substancial - na verdade precisa duplicar esta ajuda durante a próxima década.

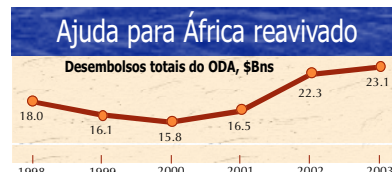
Com a Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Chirac disse aos dirigentes mundiais que a "África começou a mudar... a comunidade

financeira deve, em troca, mostrar um cometimento massivo".

Seja qual for o impacto imediato no alívio aos limitados orçamentos a resposta rápida e generosa aos tsunamis, os governos e cidadãos nos pa ses mais ricos demonstraram as possibilidades a longo prazo para renovados fluxos de ajuda.

"Os pa ses ricos são capazes, quando querem, de montar um extraordinária resposta às necessidades dos pobres em muito pouco tempo", comentou o Prof. Jeffrey Sachs, chefe do Projecto Milénio da ONU. "O tsunami" mudou o nosso modo de calcular".

Para os proponentes do desenvolvimento de África, o desafio agora parece de explorar este potencial para ajuda internacional - e fazê-lo de uma maneira sustentável que olha para além das emergências de curto prazo e em direcção às necessidades básicas do desenvolvimento do continente (Africa Renewal).



Fonte: Africa Renewal, dos dados da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), excepto para 2003, que é uma estimativa preliminar da ONU

“Nós devemos correr enquanto os outros andam” O partido no governo na Tanzânia escolhe o seu candidato para as eleições de Outubro

O **PARTIDO** no governo na Tanzânia está-se a preparar para as eleições nacionais dentro de seis meses através da nomeação do seu candidato presidencial e elaboração de um ambicioso manifesto eleitoral baseado no crescimento económico e redução da pobreza.

NUM PROCESSO cuidadosamente considerado que envolveu a escolha de um homem num lista de 11, baseado em qualidades tais como a capacidade de promover e proteger a unidade nacional, paz e estabilidade e frontalidade na luta contra a injustiça e a opressão, o partido Chama Cha Mapinduzi (CCM) escolheu o seu próximo líder e candidato presidencial para as eleições de 30 de Outubro.

É Jakaya Mrisho Kikwete, o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

Na anterior corrida à liderança do CCM, em 1995, Kikwete ficou em segundo, depois de Benjamin William Mkapa.

Dez anos depois de emergir da ala da juventude do partido para concorrer à liderança pela primeira vez, Kikwete conseguiu ganhar a nomeação por decisão da maioria durante uma Assembleia Geral do partido em Dodoma, a 4 de Maio.

Cada candidato concorrente teve que submeter papelada até 15 de Abril com, pelo menos 250 assinaturas de membros do CCM em pelo menos 10 regiões do país, incluindo dois da ilha de Zanzibar.

O processo de selecção envolveu deliberações do Comité Central do partido e da sua comissão de ética para reduzir o número de concorrentes de 11 para os cinco permitidos por um voto no Comité Executivo Nacional (NEC) para reduzir ainda mais o número para três.

Os 1.675 delegados à Reunião geral Extraordinária votaram o candidato da sua escolha e, seguindo o apelo do seu presidente para escolher alguém que estivesse virado para a juventude, deu a Kikwete uma clara maioria, com 1.072 votos na primeira ronda, e afastando a necessidade de uma segunda ronda.

Logo após receber a nomeação pelo seu partido, Kikwete jurou implementar o manifesto do CCM, que prioriza um rápido desenvolvimento da economia para atingir 10 por cento de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) até ao ano 2010, uma subida dos actuais 6,7 por cento.

O manifesto, que contém um número de projectos projectos

económicos ambiciosos, e prioriza a pesquisa científica e desenvolvimento bem como o turismo, também apela para uma frente activa na luta contra a pobreza.

“Nós devemos aderir ao apelo do Pai da Nação, Mwalimo Nyerere, que diz que devemos correr enquanto outros andam”, diz o manifesto, ecoando um famoso dito do Presidente fundador, Mwalimo Julius Nyerere, que se tornou o título de uma bem conhecida biografia.

Agora candidato do CCM, Kikwete prometeu manter a unidade nacional, democracia, e boa governação da Tanzania.

De aparência jovem, Kikwete é uma figura internacional bem conhecida, descrito como incorrupto e carismático.

Um muçulmano nascido no círculo eleitoral de Chalinze, a norte da Dar es Salaam, Kikwete ganhou o apoio de muitos grupos religiosos

num país laico que, no entanto, protege e apoia os direitos de todas as religiões.

Na Tanzânia foi construída uma sociedade onde a religião de um indivíduo é assunto privado de desenvolvimento espiritual e não assunto que descreve ou divide as suas amizades e alianças políticas.

O partido nomeou o actual vice-presidente, Ali Mohamed Shein, como parceiro de Kikwete na corrida. Os dois vão enfrentar os concorrentes de outros partidos nas eleições de 30 de Outubro, incluindo o Prof. Ibrahim Lipumba e Juma Duni Haji, da Frente Cívica Unida (CUF), o principal partido da oposição.

Amani Abeid Karume, presidente de Zanzibar, facilmente ganhou a nomeação do CCM como candidato à liderança das ilhas por um segundo mandato. Zanzibar tem o seu próprio presidente, sem jurisdição na parte continental, e o actual presidente não teve qualquer oposição como candidato do seu partido para as eleições em Zanzibar na mesma data.

A inspiração do presidente fundador de Tanganyika e da

República Unida da Tanzânia transporeceu nas deliberações à volta da selecção do candidato do CCM. Os discursos de Mwalimo Nyerere receberam muito tempo de antena na rádio nacional nas semanas que precederam a reunião do partido, lembrando a nação às qualidades de um bom líder.

E então na reunião de Dodoma, houve silêncio entre os delegados, seguido de suspiros e depois uma onda de riso quando apareceu no pódio um homem franzino, de cabelos brancos, com uma bengala – uma espécie de sócia do líder popular que morreu em 1999.

O desafio para o próximo presidente a ser eleito a 30 de Outubro de 2005, deverá manter a paz e estabilidade prevalecente no país (apesar dos conflitos nas fronteiras), e ao mesmo tempo manter o momento do crescimento económico ganho durante a presidência de Mkapa.

Eleições parlamentares nas Maurícias a 3 de Julho

NOMEAÇÕES PARA as eleições legislativas nas Maurícias encerraram a 6 de Junho com um registo recorde de 676 candidatos às eleições.

O fecho das nomeações abriu caminho para um mês inteiro de campanha antes do escrutínio de 3 de Julho. As últimas eleições, que tiveram lugar em Setembro de 2000, foram ganhas pela aliança no governo, que inclui o Movimento Militante das Maurícias (MMM) e o Movimento Socialista Militante (MSM).

O Primeiro Ministro Paul Berenger anunciou as eleições durante um comício organizado pela aliança MMM/MSM para marcar o feriado do Primeiro de Maio.

MMM é liderado por Paul Berenger enquanto que o MSM é chefiado pelo actual vice-Primeiro Ministro Parvind Jugnauth, filho de Anerood Jugnauth, o actual Presidente da República, que foi eleito pela Assembleia Nacional em 2003 para um mandato de cinco anos.

Berenger confirmou que se a aliança ganhar nas eleições de 3 de Julho, há um acordo assinado, nos

termos do qual ele permanecerá como Primeiro Ministro por mais dois anos e meio, antes de ceder o lugar ao actual vice-Primeiro Ministro.

Os 676 candidatos representam a Aliança no poder, a Aliança Social, na oposição (uma coligação do Partido Trabalhista das Maurícias e o Partido Social Democrático das Maurícias) e 71 outros pequenos partidos políticos.

Vários candidatos independentes também se registaram na Comissão Eleitoral Supervisora requerendo direito à corrida para assentos no parlamento.

Cada aliança registou 60 candidatos para os 20 círculos eleitorais (três membros por cada círculo) e dois membros para a Ilha Rodrigues.

Maurícias tem um parlamento de uma câmara única de 70 membros – 62 são eleitos por voto popular num sistema conhecido como voto em bloco, onde cada votante coloca três votos para cada três candidatos de cada círculo eleitoral, e os restantes oito são “repescados” da lista dos “melhores perdedores”.

Nas eleições de 2000, a aliança no governo, o MMM/MSM, ganhou com larga vantagem ao conseguir 54 assentos contra seis da Aliança Social. O partido vitorioso ou aliança forma o próximo governo.

O Conselho de Ministros para o Desenvolvimento no Zimbabwe

O **NOVO** governo, anunciado pelo Presidente Robert Mugabe após as eleições parlamentares de Março último recebeu o mandato de liderar o desenvolvimento económico do país durante os próximos cinco anos.

Presidente Mugabe classificou o elenco como o Conselho para o Desenvolvimento que vai dar ímpeto ao programa de viragem económica centrado no desenvolvimento da agricultura, indústria, mineração e infra-estruturas.

Caminhos de ferro de Benguela e o desenvolvimento da África Austral

por Amos Chanda



O ACORDO entre Angola e Zâmbia para reconstruir a linha de Benguela é o mais recente exemplo de compromisso prático para integração regional na África Austral e desenvolvimento económico no continente.

Os 60 milhões de dólares para reconstruir a linha de Benguela é um dividendo directo do processo de paz que pôs fim à guerra civil que, durante 27 anos dilacerou e retardou a vibrante economia angolana.

A 30 de Março, Angola e Zâmbia assinaram um memorando de entendimento para religar os sistemas ferroviários dos dois países e assim criar um contexto em que o projecto ferroviário pode ser reactivado.

A linha de Benguela é um dos muitos projectos da SADC que foram desenhados para se ajustarem aos Objectivos de Desenvolvimento planeados pela NEPAD.

“Esta linha férrea será gerida por uma companhia privada, denominada Northwest Rail em parceria com companhias angolanas e zimbabwuanas, disse o embaixador Bob Samakai, Secretário Permanente do Ministério zambiano dos Transportes e Comunicações”.

Tanto as autoridades angolanas como as zambianas encaram a reconstrução da linha de Benguela como uma janela

de oportunidades económicas que vão proporcionar ganhos aos dois países em termos de exportações e poupança em termos de transporte.

“Para além de dar novo ímpeto à revitalizada indústria mineira do cobre do Copperbelt na Zâmbia, a linha de Benguela vai, não só transportar estas exportações para clientes na Europa e América do Norte, como também vai ser um grande passo na integração regional da SADC”, disse Samakai.

Esta linha vai de novo ligar os dois países após três décadas de abandono e destruição pela guerra civil entre as forças governamentais angolanas e o antigo movimento rebelde, a União para a Independência Total de Angola (UNITA). O conflito terminou em 2002.

A linha férrea sofreu sérios danos e tornou-se uma via bastante perigosa uma vez que os beligerantes atacavam os comboios e roubavam as mercadorias de e para o porto.

Benguela é uma via essencial e barata para as exportações do cobre zambiano e para importações de maquinaria, que ultimamente sofrem longas e caras vias ferroviárias e rotas rodoviárias a partir da África do Sul, e através do Zimbábue ou Botswana.

Mas Benguela é uma linha directa para o porto angolano no Atlântico, através do qual bens para a Zâmbia podem ser importados ou exportados a um preço mais barato do que através dos mais distantes portos sul-africanos.

Este projecto aparece numa altura em que a indústria do cobre na Zâmbia está na crescente, na sequência da subida dos preços do cobre no mercado internacional.

O cobre é a principal fonte de divisas da Zâmbia, contribuindo com mais de 70 por cento da economia nacional.

Duas novas minas foram abertas no noroeste da Zâmbia, perto da fronteira com Angola, enquanto outras, que se tinham tornado inviáveis reabriram e estão fazendo lucros após privatizações bem sucedidas.

A linha férrea vai servir principalmente as minas de Kansashi e Lumwana, que produzem cobre, cobalto e ouro no noroeste do país, onde companhias canadianas e australianas já começaram a extrair estes metais.



A via mais curta para a costa

OS CAMINHOS de Ferro de Benguela têm a sua origem numa lei de 1899 que autorizou o governo português a construir uma linha férrea a partir da região costeira chamada Benguela, que se estende por 130 quilómetros até à fronteira leste de Angola. Dado o interesse político e económico no rápido fluxo de minerais a partir do interior, a concessão para a construção da linha foi dada a um operador privado, Robert Williams, um britânico, numa especial de Construa, Opere e Transfira (BOT) do século XIX.

A sua construção durou 26 anos, tendo começado a 3 de Março de 1903 e terminado a 1 de Fevereiro de 1929. Houve muitas dificuldades e atrasos devido à natureza e topografia da região que atravessa. A linha transportava minérios do interior e comunicação através de quarto provisórias do interior de Angola.

Depois da independência de Portugal, em Novembro de 1975, o novo governo de Angola continuou a linha de Benguela e deu-lhe apoio financeiro, como a espinha dorsal do sistema de transportes do país (em termos de volume de investimento e de fonte de divisas). O governo também reconheceu a importância desta linha para o desenvolvimento da África Austral, através do projecto do Corredor do Lobito.

O regime de apartheid da África do Sul começou a sabotar a linha para impedir o crescimento económico dos países envolvidos e, em 1983, a linha estava encerrada ao tráfego internacional, o que enfraqueceu a economia angolana em cerca de 60 milhões de dólares americanos em receitas perdidas, mais cerca de 70 milhões em infraestruturas e equipamento destruído.

Apesar dos esforços, durante a década de 1980 para reabrir a linha para o transporte de tráfego civil, ela continuou encerrada. O plano de reabilitação nessa altura incluía o desenvolvimento do projecto do Corredor Lobito, a reabilitação da linha férrea, a reabilitação do porto do Lobito e uma barragem hidroeléctrica, adicional capacidade de transporte, e melhoramento das telecomunicações.

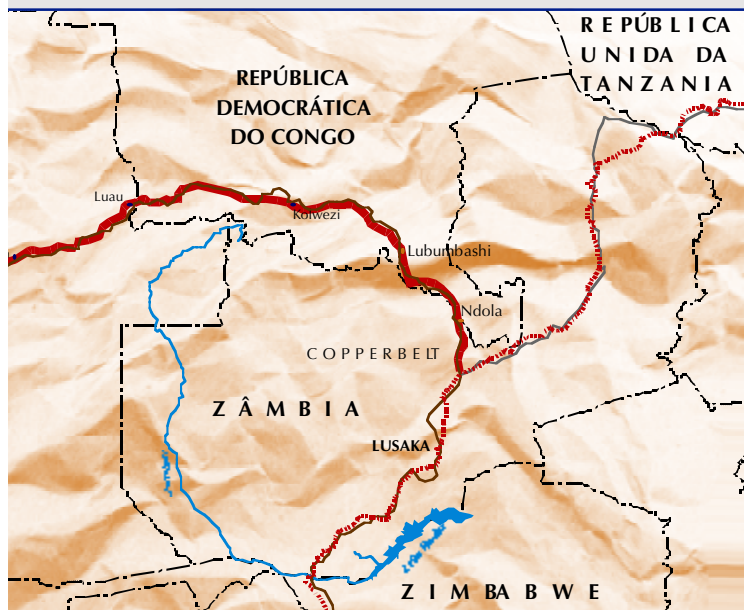
O objectivo da sabotagem era, a nível nacional, para impedir o movimento de abastecimentos para o interior, prejudicar as receitas da empresa e do governo e levar o porto do Lobito à falência. A nível internacional, a sabotagem conseguiu impedir a Zâmbia e o Zaire (agora República Democrática do Congo) de utilizar o porto do Lobito para exportar os seus minerais e aumentar os custos de transporte nesses países para evitar o apoio ao Congresso

Nacional Africano (ANC) da África do Sul. O transporte internacional através desta linha está interrompido já há 20 anos, desde Janeiro de 1983, e o tráfego nacional desde 1987.

As então Forças de Defesa da África do Sul (SADF) lançaram dezenas de operações em Angola depois de entrarem neste país em Agosto de 1975 nas vésperas da independência, e depois de 1983, a guerra no sul de Angola escalou para níveis de alta tecnologia, elevadas baixas, e guerra de confrontação directa. O fim do apartheid na África do Sul, em 1994 e o acordo interno de paz interno em 2002 finalmente trouxeram paz a Angola.

Perto de 200 trabalhadores ferroviários foram mortos durante os primeiros 12 anos após a independência e mais de 400 foram feridos, e outros 250 foram dados como desaparecidos. O custo humano de manter a circulação de comboios foi enorme. O pior ano em termos de mortes nos caminhos de ferro foi 1984, quando foi assinado primeiro acordo de paz com a África do Sul. Houve mais de 3.000 actos de sabotagem contra os caminhos de ferro entre 1976 e meados de 1987. O custo dos danos às infraestruturas e equipamentos na linha de Benguela entre 1976 e 1987 foi estimado em 76,7 milhões de dólares americanos.

A LINHA de Benguela atravessa o centro de Angola, ligando as terras do interior ao porto de atlântico de Lobito. Antes da independência de Angola, a linha constituía a principal saída das exportações do cobre e outros minerais das lucrativas minas da Zâmbia e da rica província meridional do Katanga, no Congo. Após a independência, em 1975, esta linha foi alvo de sabotagem pelo regime do apartheid da África do Sul, e ficou paralisada em 1983, cortando efectivamente a via mais curta de comércio os estados independentes da África Central e a costa atlântica.



Danos à Linha de Benguela desde 1976 a Junho de 1987

Ano	Minas detectadas e detonadas	Outros ataques com explosivos	Descarrilamentos	Locomotivas e vagões destruídas	Travessas destruídas
1987	16	116	9	24	8,920
1986	47	138	22	54	5,819
1985	111	163	79	238	11,596
1984	180	195	108	292	3,592
1983	134	113	77	216	1,196
1982	176	82	84	296	971
1981	193	87	82	?	86
1980	141	209	56	?	2,033
1979	45	233	31	?	4,589
1978	14	137	16	?	2,402
1977	17	106	7	?	?
1976	8	143	13	?	?
TOTAL	1,082	1,712	584	1,120	41,984

Fonte: P Johnson e D Martin, Apartheid Terrorism: The destabilization report, Secretariado da Commonwealth com James Currey, 1989; Linha de Benguela e desenvolvimento da África Austral, Editorial Vanguarda, 1987.

Gobabeb torna-se instituição da SADC

A SADC designou o Centro de Formação e Pesquisa da Namibia (Gobabeb) como Centro por Excelência de apoio à Convenção da ONU sobre Biodiversidade, a Convenção da ONU sobre o Combate à Desertificação e a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas.

O Centro de Formação e Pesquisa de Gobabeb está situado no meio do deserto do Namibe. A inauguração do instituto de formação como Centro por Excelência vai agora permitir aos pesquisadores e académicos dos estados membros da SADC fazer

pesquisa ou receber formação em áreas tais como pesquisa sobre o ambiente, gestão de recursos naturais e de terra e sobre desertificação.

Durante a cerimónia de inauguração, o Primeiro Ministro da Namibia, Nahas Angula, disse que conceder à Gobabeb tal estatuto veio na hora certa, quando as formas de vida que são únicas do Deserto da Namibia estão sob ameaça de acções humanas.

"A colecta ilegal de espécies de plantas suculentas por coleccionadores de plantas e o

comércio ilegal de tais plantas é uma outra ameaça ao sistema ecológico namibiano," disse Angula.

Ao providenciar a pesquisa e formação sobre como lutar contra a desertificação e promover a biodiversidade, Gobabeb poderá desempenhar um importante papel na redução da pobreza e melhoria das condições de vida dos cidadãos

da SADC, disse Angelo Mondlane, Chefe do Planeamento Estratégico, Género e Harmonização de Políticas no Secretariado da SADC.

Ele disse ser gratificante notar que Gobabeb já está a liderar a Rede de Observação Ambiental a Longo Prazo da África Austral (ETASA), no qual todos os membros da SADC participam. (Namibian)

Novo registo na internet para África

A PARTICIPAÇÃO de África na tecnologia global da internet deverá aumentar com a aprovação de um registo regional para África.

O Conselho de Administração da Corporação da Internet para Nomes e Números (ICANN) aprovou a AfriNic como o registo para África. A AfriNic é agora responsável por alocar números da internet para provedores em África e a região do Oceano Índico.

Até agora todos os números da internet que representam nomes em África tinham que ser alocados por registos em outras regiões, principalmente na América do Norte e Europa.

O primeiro encontro da AfriNic como um Registador de pleno direito da Internet teve lugar em Moçambique em Abril último. A organização foi apelada a alocar mais recursos à formação para que possa desenvolver maiores capacidades no continente. A organização, baseada nas Maurícias, tem actualmente apenas três funcionários e está a planejar contratar mais dois, incluindo um engenheiro de rede e um de sistemas.

Os últimos desenvolvimentos visam poupar milhões de dólares por ano ao continente em taxas de registo. (SABCNews.com)

Materiais de construção de baixo custo

O CENTRO de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento Industrial do Zimbabwe (SIRDC) desenvolveu telhas de baixo custo, e tecnologias de construção à base de matope.

As Telhas de Micro Concreto Roofing (MCR) e as tecnologias de construção à base de matope deverão revolucionar o sector de construção no Zimbabwe e na região, tornando a habitação mais barata.

A tecnologia do MCR é originária da América

Latina e a SIRDC adoptou-a através de acordos de transferência de tecnologias.

Cinquenta por cento mais barata do que as tecnologias convencionais de produção de telhas, a MCR é leve, o que se traduz numa grande poupança em madeiras, e é fácil de colocar.

Com a rápida e crescente urbanização, habitação tornou-se um grande desafio na maior parte das cidades e vilas, com os baixos custos sendo a principal questão. (SIRDC)

África do Sul vai produzir um isótopo médico

O ISÓTOPO radioactivo "Fluorodesoxiglucose" vai ser produzido na África do Sul pela primeira vez, o que vai permitir aos doentes que antes tinham que viajar para o estrangeiro para ter o diagnóstico certo, beneficiarem das mais recentes descobertas em tecnologias de imagens de corpo inteiro.

O presidente da Sociedade de Radiologia da África do Sul, Richard Tuft, disse que a introdução dos scanners de Tomografia por Emissão de Positrões (PET), que os especialistas utilizam para diagnosticar doenças, vai ajudar a colocar a África do Sul na vanguarda dos avanços em imagens médicas.

Scanners para PET são muitas vezes usados em combinação com Tomografia computadorizada (CT) para permitir aos médicos dar o devido tratamento apropriado após o diagnóstico, e ajudar a evitar procedimentos "invasivos".

Em caso de necessidade de cirurgia, os scanners ajudam o cirurgião a determinar a melhor maneira de operar. Para doentes de cancro, os scanners de PET e do CT ajudam a determinar o estágio exacto de um tumor. Isto afecta o tipo de tratamento a ser aplicado e também os seus efeitos da terapia. Eles podem também detectar a presença de alguma doença residual após o tratamento. (Business Day)

Motorizadas-ambulância

NUM GRANDE armazém em Zwelisha, na província do Cabo Ocidental, na África do Sul, 80 motorizadas-ambulâncias estão a ser montadas para levarem a cabo um serviço especial.

Estão a ser usadas nas áreas devastadas pelo tsunami no Sri Lanka e na Indonésia como ambulâncias e clínicas móveis.

Visto que muitas clínicas e estradas foram destruídas pelo Tsunami, estes veículos são ideais para o terreno, disse o inventor Mike Norman, da "Ranger Lifecycle", com base em Londres, que ganhou o prémio de Tecnologia de Sensibilização Mundial para o Desenvolvimento em 1999 por este extraordinário veículo.

Estas motos têm sólidos veículos laterais que podem ser adaptados a cada situação para serem usados em remotas zonas rurais como ambulâncias, clínicas, reparação de outros veículos, para entrega, unidades de purificação de água e para actividades de educação sobre o HIV/SIDA, para seminários sobre informação e mesmo sobre negócios. (Cape Argus)



ET-Ranger (www.ranger.com)

Investimento e Desenvolvimento no sector de energia da África Austral

COMO UM passo para garantir a disponibilidade de energia na região, a pool de energia da África Austral vai realizar uma conferência regional em Namíbia, em Setembro de 2005, sobre investimentos em electricidade, cumprindo um mandato dos Ministros de Energia da SADC.

O tema da conferência é "Oportunidades Emergentes de

Investimento para um Desenvolvimento Sustentável no Sector de Energia na África Austral".

As companhias de produção de energia eléctrica na África Austral reafirmaram o seu compromisso de enfrentar a cada vez mais diminuta capacidade de produção de energia. O Comité executivo da SAPP reuniu-se no Lesotho, em Abril e concordou

em trabalhar em conjunto para resolver as necessidades da região em termos de energia.

O comité está a rever o memorando de entendimento inter-governamental que deverá ser assinado pelos Ministros de Energia, em Setembro.

A assinatura do memorando revisado vai coincidir com o decimo aniversário da SAPP, criada em Agosto de 1995.

Espera-se que o memorando de entendimento venha de encontro às reformas e reestruturação no seio dos membros da SADC, reformas no sector de energia, bem como o reconhecimento da admissão de novos membros na SAPP.

O comité também acordou rever o Plano da Pool da SAPP de 2001 e desenvolver um plano estratégico.

O Plano da Pool vai fornecer uma detalhada perspectiva regional, indo de encontro ao optimismo dos recursos regionais e identificação de pelo menos os custos dos projectos de geração e transporte de energia que vale a pena promover em benefício da região.

O plano estratégico vai dar uma visão geral sobre os projectos prioritários do pa s.

Sector privado Zambiano na produção de energia

COMPANHIAS DO sector privado deverão gastar cerca de 600 milhões de dólares americanos no desenvolvimento de hidroenergia nos rios Lunsefwa/Lwanga nas províncias do centro e do leste.

O governo zambiano também autorizou duas companhias privadas a explorarem o potencial hidroeléctrico do rio Kalungwishi no norte do país.

A Zâmbia tem uma capacidade instalada de produção de electricidade de 1.786 megawatts, dos quais 1.676 são geradas em barragens hidroeléctricas. O país tem um potencial subdesenvolvido de geração de energia hidroeléctrica de cerca de 6.000 megawatts e planos estão em marcha para desenvolver algumas hidroeléctricas. (*The Post*)

África do Sul muda para o verde

O EDIFÍCIO que alberga a sede do Parlamento Pan Africano, na África do Sul, mudou para "electricidade verde" como símbolo de compromisso com energia renovável.

A energia para o edifício é fornecida pela Amatola Green Power uma das fornecedoras de "electricidade verde" através da rede nacional. Esta electricidade é proveniente de recursos renováveis tais como a biomassa das açucareiras, madeiras e indústrias de papel, energia solar e eólica.

Cerca de 75 por cento da energia total da África do Sul é à base do carvão, uma das fontes de energia mais lesivas ao meio ambiente.

O governo da África do Sul já disse que está a planear aumentar o seu suporte em energia renovável na ordem dos 9 a 14 por cento. (*Daily Mirror*)

Parceria da Eskom com a ZESA

A **ESKOM**, a maior fornecedora de energia eléctrica da África do Sul, entrou em parceria com a Autoridade Fornecedora de Electricidade do Zimbabwe (ZESA) para prestar apoio técnico e renovação das infra-estruturas visando aumentar a produção de energia.

Projeção anual da demanda de energia em megawatts

País	Companhia	2003	2005	2007	2009
Angola	ENE	586	846	846	846
Botswana	BPC	343	369	407	441
RDC	SNEL	994	1063	1 138	-
Lesoto	LEC	98	107	115	124
Malawi	ESCOM	217	241	265	293
Moçambique	EdM	330	360	383	407
Namíbia	Nampower	464	575	683	807
África do Sul	ESKOM	30 977	32 542	34 305	35 988
Suazilândia	SEB	1017	1 113	1 202	1 290
Tanzania	TANESCO	796	895	995	1 105
Zâmbia	ZESCO	1 386	1 545	1 650	1 762
Zimbabwe	ZESA	2 454	2 660	2 884	3 126
Total		39 662	42 316	44 873	46 189

Pool de Energia da África Austral

Necessários 10 bilhões de dólares para reverter a crise energética

A POOL de energia da África Austral diz que os estados membros da SADC vão precisar de investir mais de 10 bilhões de dólares americanos para reverter a ameaça de crise de energia eléctrica, montante considerado longe das capacidades para muitos dos estados membros.

A cimeira da SADC nas Maurícias de Agosto de 2004 exprimiou-se seriamente preocupada com o facto de que a região poderá ter falta de capacidade de geração de energia excedente por volta de 2007 a menos que seja posto em andamento um certo número de projectos.

Apesar da exorbitante quantia necessária para a SADC ser viável, pesquisas realizadas mostram que a tarefa não é impossível e que pode ser realizada com uma acção unificada. O lançamento de um projecto unificado de produção de electricidade RDC é uma das várias iniciativas planificadas para garantir um fornecimento sustentável de energia na região.

O projecto de Energia do Corredor Ocidental (Wescor) compreende uma estação hidroeléctrica que vai produzir 35 mil megawatts a partir das quedas do Inga no rio Congo, que serão, em princípio para fornecer energia a Angola, Botswana RDC, Namíbia e África do Sul, enquanto o resto da região deverá beneficiar do mesmo a longo prazo.

A cimeira das Maurícias também discutiu a capacidade de expansão de projectos de energia para o período 2005-2010 e até 2020 a partir dos estados membros, que estão a explorar estratégias para garantir um fornecimento sustentável de energia, tais como energia térmica e combustíveis lenhosos para sustentar a crescente economia das populações.

Acredita-se que o projecto das Quedas do Inga será maior hidroeléctrica do mundo e, quando operar na sua máxima capacidade poderá ultrapassar a Cabora Bassa, de Moçambique, que é, até agora uma das maiores, produzindo cerca de 2.500 megawatts. (*The Southern Times*)

Namíbia pressionada pela procura de energia eléctrica

NAMPPOWER ANUNCIOU que a Eskom, a sua maior fornecedora, anunciou uma possível redução de fornecimento devido a uma crescente demanda em outras regiões da SADC.

A Namíbia activou as suas antigas estações em Walvis Bay e Windhoek como medida provisória. Contudo, o fornecimento destas duas estações continua insuficiente para responder às crescentes necessidades de electricidade no país.

Namíbia planeia encontrar fontes alternativas a partir de Cabora Bassa de Moçambique e da Zâmbia e Zimbabwe.

O governo está também a focalizar a sua atenção sobre grandes projectos tais como o projecto de gás de Kudu, o Esquema hidroeléctrico do Baixo Kunene e a Ligação do Caprivi para a Zâmbia.

Moçambique e África do Sul assinam abolição de vistos

A ASSINATURA da abolição de vistos entre Moçambique e a África do Sul abriu caminho para os cidadãos de cada um destes países viajarem livremente, e representa um grande passo para a implementação do protocolo do comércio livre.

Com entrada em vigor aos 18 de Abril, os cidadãos de cada um destes dois países precisam apenas de um passaporte válido para atravessar a fronteira por um período de até 30

dias, e este período pode ser estendido se houver uma boa razão, tal como tratamento médico.

O movimento livre de pessoas e bens é um dos pilares da SADC, cujos estados membros assinaram o protocolo em 1996 e começaram a implementá-lo em 2000, para estabelecer uma Área de Comércio Livre até 2008. O movimento livre de pessoas é um pré-requisito essencial para o comércio inter-regional.

Desafios ao sector privado sul-africano

O MINISTRO sul-africano das empresas públicas, Alec Erwin, exprimiu preocupação sobre se o sector privado entendeu plenamente as implicações de um programa de investimento massivo em infraestruturas, de mais de 27 biliões de dólares americanos que foi anunciado ano passado.

O grande pacote de investimento em infraestruturas já foi refinado e está a pouco e pouco tomando forma. Projectos nos sectores de electricidade, defesa e transportes deverão também ser anunciados em breve.

Isto deverá constituir um grande "empurrão" para trazer mais

capitais do sector privado para o sector de infraestruturas do país, mais do que a economia da África do Sul jamais viu.

Enquanto as quatro maiores empresas estatais - a Transnet, Eskom, South African Airways e a Denel - vão permanecer nas mãos do governo, o sector privado vai estar envolvido.

Haverá espaço para produtores independentes de energia se envolverem nas novas fábricas de turbina a gás, que vão custar 1,1 bilião de dólares de investimento privado. (The Star Business Report)

Alemanha vai apoiar reforma agrária na Namíbia

A ANTIGA potência colonial está pronta a apoiar a reforma agrária na Namíbia visando ultrapassar os desequilíbrios históricos na distribuição da terra.

O embaixador alemão na Namíbia, Wolfgang Massing, disse que o apoio à reforma agrária é parte integrante da abordagem alargada ao desenvolvimento da gestão dos recursos naturais sob o programa de cooperação para o Desenvolvimento entre a Namíbia e a Alemanha.

Massing explicou que o apoio à reforma agrária na Namíbia tem duas vertentes. A primeira é o apoio ao processo de elaboração de uma política abrangente de reforma agrária, atendendo a fracas capacidades que emperram a implementação de

atividades de reforma agrária dos ministérios envolvidos na gestão comunal da terra, taxas sobre o uso da terra ou actividades de registo.

A segunda prioridade é a melhoria das infraestruturas para o uso produtivo da terra.

Massing disse ser óbvio que o ambicioso programa de reforma agrária do governo da Namíbia precise de capacidade adequada para ser implementada com sucesso, acrescentando que o governo alemão compromete-se a aumentar o seu apoio durante os próximos anos. (Namp)

Quadro de requisitos de vistos nos países da SADC

País	Países que requerem vistos
Angola	Todos
Botswana	Angola, Madagáscar, RDC
RDC	Todos excepto Zimbábue
Lesoto	Angola, Madagáscar, Moçambique, RDC
Madagáscar	Todos
Malawi	Angola, RDC
Maurícias	África do Sul, Angola, Madagáscar, RDC, Suazilândia
Namíbia	Madagáscar, Maurícias, RDC
África do Sul	Angola, Botswana, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, RDC
Suazilândia	Angola, Botswana, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, RDC
Tanzânia	África do Sul, Angola, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, RDC
Zâmbia	Angola, Madagáscar, Moçambique, RDC
Zimbábue	Angola, Madagáscar, Moçambique, RDC

Fonte: Várias embaixadas da SADC

Lesoto vai aumentar exploração de diamantes

LETSENG DIAMONDS, a única mina de diamantes operacional no Lesoto, deverá duplicar a sua capacidade e tem planos para garantir a instalação de uma nova unidade em 2007. Este aumento de capacidade vai criar capacidade para produzir 10 mil carates de diamantes por ano.

A companhia está a explorar várias possibilidades, incluindo financiamento público para expandir as suas operações. O governo do Lesoto detém 24 por cento das acções e ganha pelos impostos cobrados.

No ano passado, a mina de Letseng produziu 37 mil carates a uma média de 1.200 dólares por carat, o que correspondeu a uma receita de cerca de 44 milhões de dólares.

Na totalidade da mineração de diamantes deverá expandir-se no país com outras companhias que também se preparam para entrar no negócio este ano. Um destes projectos é o da Lihobong, que está em construção e deverá começar a produzir em meados deste ano. (Business Day)

Banco Central vai ser mais duro contra inflação

O BANCO Central do Zimbábue disse que vai adoptar políticas mais severas para garantir a redução da inflação, que é o maior desafio da economia do país neste momento.

Outro desafio é a geração de suficientes divisas, cuja procura tem de longe ultrapassado a oferta.

Economistas dizem que a escassez de divisas resultou na reemergência do mercado paralelo, o que coloca uma pressão ainda maior sobre a inflação.

Alguns analistas financeiros predizem que a inflação vai permanecer na ordem dos três dígitos durante a maior parte deste ano antes de reduzir para dois dígitos perto dos finais do ano.

O Banco Central estabeleceu uma meta de uma taxa de inflação anual abaixo dos 80 por cento até ao final do ano antes de baixar para um dígito em meados de 2006. (The Herald)

MOEDAS

País	Moeda	(1 SEUA)
Angola	Kwanza (100 lwei)	87,89
Lesoto	Maloti (100 lisente)	6,09
Maurícias	Rupia (100 céntimos)	28,95
África do Sul	Rand (100 céntimos)	6,12
Zâmbia	Kwacha (100 ngwee)	4.650,00

Abril 2005

Botswana	Pula (100 Thebe)	4,21
Madagáscar	Franco malgache	9.150,000
Moçambique	Meticais (100 centavos)	24
Suazilândia	Lilangeni (100 céntimos)	6,09
Zimbábue	Dolar (100 céntimos)	6.200,00

RDC	Franco Congolés	505,00
Malawi	Kwacha (100 Tambala)	111,00
Namíbia	Dólar (100 céntimos)	6,08
Tanzânia	Xelim (100 céntimos)	1.105,00

Beijing + 10 – investindo no futuro da mulher

Dez anos após a SADC e o resto da comunidade da ONU se terem comprometido em acelerar a eliminação da desigualdade de género através de acções dirigidas para a capacitação da mulher, líderes mundiais e activistas sobre género levaram a cabo uma avaliação dos progressos alcançados.

A COMISSÃO da ONU sobre o Estado da Mulher (CSW) está a facilitar uma avaliação global dos compromissos assumidos durante a Quarta Conferência Mundial da Mulher de 1995.

Os governos da SADC estão activamente envolvidos neste processo desde a fase preparatória, em 2004, e já produziram relatórios sobre as acções relativas à sua aderência aos compromissos de Beijing, em relação a progressos, desafios, contratempos e estratégias.

O secretariado da SADC também produziu um relatório dos progressos dos últimos dez anos, que foi inspirado em relatórios dos

países. Isto alimentou a Revisão Africana do Beijing+10, liderada pela UNECA, que teve lugar em Addis Ababa, em Outubro de 2004, cujo relatório constituiu parte de um processo da revisão global.

Após a revisão global, cujo tema foi "Beijing + 10 – atingindo igualdade de género, Desenvolvimento e Paz" o gabinete do Secretário Geral da ONU preparou uma estratégia de sete pontos sobre investimentos e políticas para a próxima década para:

- o acesso da rapariga à educação;
- garantir saúde sexual e reprodutiva e direitos;
- investir em infra-estruturas para reduzir o fardo de tempo das mulheres e raparigas;

garantir direitos de propriedade e direitos à herança da mulher e da rapariga;

eliminar a desigualdade de género no emprego;

aumentar a partilha da mulher em assentos nos parlamentos e governos locais; e

duplicar esforços no combate à violência contra a mulher e a rapariga.

Foram assim delineados os parâmetros estratégicos para acções futuras, e os governos da SADC têm a

tarefa de passar do compromisso à acção. Investir no futuro da mulher é a mais importante visão, e isto implica alargar a abordagem para áreas cruciais que os governos da SADC identificaram em 1995.



O festival do género organizado pelo Programa de Redes de Género da Tanzânia (TGPN) e a Coligação de Activistas Feministas (FemAct) terá lugar entre 6-9 de Setembro 2005, em Dar es Salam, sob o tema "Género, Democracia e Desenvolvimento: Lutas Populares para Um Mundo Alternativo."

Unidade de género da SADC tem nova direcção

O SECRETARIADO da SADC tem uma nova direcção para a Unidade de Género, Magdeline Mathiba-Madibela.

A Unidade de Género foi criada em 1997 por recomendação de um Conselho de Ministros. A função desta Unidade é aconselhar todas as instituições da SADC sobre matérias de género e trabalhar com outros funcionários do secretariado para garantir que uma perspectiva de género permeia o Programa da SADC sobre a Iniciativa de Acção e Construção da Comunidade.

Mathiba-Madibela tem estado a trabalhar no delineamento de políticas e coordenação há oito anos. Ela entrou na SADC após trabalhar com a UNAIDS no Botswana, onde era chefe de projectos. Antes de se juntar à UNAIDS, ela trabalhou no programa de controle do HIV/SIDA.

A sua visão é contribuir para o avanço da mulher na região da SADC dando uma direcção estratégica, gestão efectiva e liderança do programa de género direccionada à igualdade de género,



Magdeline Mathiba-Madibela

integração regional, harmonização de políticas, capacitação institucional, parcerias, advocacia e negociação.

A sua mensagem às redes de género na região é que elas devem estar "mais organizadas do que nunca. Elas precisam de desenvolver uma advocacia mais efectiva e estratégias de negociação que façam diferença no

concernimento a questões de género. A necessidade de explorar os pontos fortes de cada um como parceiros é outro ponto que precisamos de reforçar.

"O movimento social deve reflectir genuinamente sobre a revisão do Beijing + 10 e tomar as necessárias medidas para resolver as assimetrias e falhas. Onde nós conseguimos sucesso, é importante que construamos sobre tais investimentos".

Nascida no Botswana em 1970, ela é mestrada em Políticas Sociais e Administração pela Universidade de Wittingham no Reino Unido e especializada em Género e Saúde e é bacharel em Assistência Social pela Universidade do Botswana.

Paridade de Género e protocolo

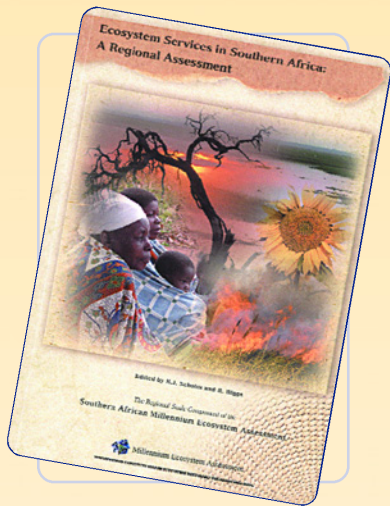
A UNIDE de Género da SADC coloca duas recomendações chave aos chefes de estado e de governo para a sua reunião de Agosto de 2005.

As duas recomendações são para aumentar a meta de 30 por cento de mulheres em áreas de tomada de decisão até 2005 em 50 por cento, em conformidade com determinações da UA e elevar a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento para Protocolo.

Esta acção surge dentro das preocupações de activistas de Género na região austral de África de que uma Declaração não obrigatória sobre Género e Desenvolvimento deixa campo para o seu não cumprimento. Ao assinar a declaração em 1997, os chefes de estado e de governo comprometeram-se a:

- colocar matérias de género na agenda do Programa da SADC da Iniciativa de Construção de Acção e Comunidade;
- garantir igual representação de homens e mulheres em instâncias de decisão dos estados membros e todas as estruturas da SADC;
- atingir a meta de pelo menos 30 por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisões até 2005;

- promover acesso total da mulher a, e ao total controlo sobre os recursos de produção tais como a terra, gado, mercados, crédito, tecnologia moderna emprego formal, e boa qualidade de vida para reduzir os níveis de pobreza entre a população feminina;
- revogar e reformar todas as leis, emendar as constituições e mudar as práticas sociais que ainda sujeitam a mulher à discriminação;
- criar leis que protejam a mulher; proteger e promover os direitos humanos da mulher e da criança;
- reforçar o acesso a uma educação de qualidade tanto homens como para as mulheres e eliminar o estereótipo de género nos currículos escolares, escolas de carreira e profissões;
- reconhecer, proteger, e promover os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e da rapariga;
- tomar medidas urgentes para evitar e lidar com o aumento dos níveis de violência contra a mulher e a criança;
- e encorajar os órgãos de informação a disseminar informação e materiais sobre direitos humanos da mulher e da criança.



Segurança alimentar: Parceria ou tapa-buracos?

OS SERVIÇOS de Ecossistemas na África Austral – uma avaliação regional diz que a segurança alimentar na África Austral tem muito a ver com falta de acesso ao alimento, mais do que com pouca produção.

Isto é causado por uma gama de factores de carácter regional, global, políticos e económicos, o que resulta em que cerca de 25 por cento da população seja subnutrida.

O relatório também revela uma tendência decrescente da produção de proteínas per capita durante os últimos 25 anos, que agora se situa a baixo do mínimo recomendado enquanto a produção de hidrocarbonetos é também muito inadequada.

O relatório explora os meios em que os serviços do ecossistema podem beneficiar o bem-estar da população, incluindo o importante e crescente sector do turismo, baseado na natureza, contribuições à dieta da população rural e à medicina tradicional utilizada pela maioria dos habitantes da África Austral.

Examinando a qualidade do ar na região, energia a partir de recursos naturais, a biodiversidade e fontes de água naturais, o relatório coloca dois cenários para os próximos 30 anos.

O cenário futuro de “parcerias” estabelece alianças coesas, governos efectivos e experimenta um alto grau de de cooperação regional e crescimento económico.

O cenário futuro de “tapa-buracos” também passa por um fraco crescimento económico e piores déficits de produção alimentar.

A malnutrição, HIV e SIDA e as previstas mudanças climáticas poderão piorar a situação da segurança alimentar e reduzir as chances de se atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que incluem a redução até metade o número de pessoas passando pela pobreza absoluta até 2015.

Foi produzido pelo Conselho para a Pesquisa Científica e Industrial, Pretória, África do Sul 2004, como contribuição para a Avaliação do Milénio de Ecossistemas.

Gestão da terra e água na SADC

UM NOVO livro sobre terra e água dá uma sinópsse da pesquisa sobre a gestão da terra e água e os desafios de desenvolvimento em 10 estados membros da SADC.

O livro identifica os principais desafios que a região enfrenta, tais como políticas, matérias organizacionais, pesquisa e desenvolvimento e comunicações.

Intitulado *Análise situacional da Região: Gestão da Terra e Água na Região da SADC*, o livro reconhece que tem havido muita experimentação com novas tecnologias e métodos de gestão de terra e água.

Ao longo dos capítulos, o livro examina matérias tais como o compromisso dos governos com a pesquisa em agricultura e desenvolvimento em geral e a gestão da terra e água em particular.

São também analisados os projectos/práticas sobre gestão de terra e água, e também analisou,

com detalhe as relevantes tecnologias e dificuldades da sua absorção pelos pequenos camponeses.

Recomendações e estratégias incluem necessidades de pesquisa e formação para aumentar as capacidades disponíveis para pesquisa e desenvolvimento. O livro, de 164 páginas, é produzido pelo secretariado da SADC do Programa de Pesquisa Aplicada para Gestão da Terra e Água, e editado pela C. Nhira e A. Mapiki.

A publicação foi produzida com o apoio do 8º Fundo Europeu para o Desenvolvimento e é distribuído gratuitamente aos parceiros regionais interessados. É disponível em formato de livro ou CD ROM da Unidade de Comunicações Corporativas do Secretariado da SADC em Gaborone. Contacte pndebele@sadc.int ou mkgosidintsi@sadc.net

PUBLICAÇÕES

2004 Official SADC Trade, Industry and Investment Review

Gaborone, Botswana, Southern African Marketing Company, 2004
304 páginas.

Esta oitava edição da publicação anual contém informação que sublinha oportunidades de negócio na região da SADC. Cobre secções sobre o perfil corporativo da SADC; relatórios de Direções; perfil de países; projectos da SADC; Oportunidades de Investimento na Indústria e Comércio; contactos chave e o calendário de exposições comerciais. Disponível na Southern African Marketing Company (Pty) Ltd. P.O Box 201112, Gaborone Botswana. samarketing@mega.bw
Website www.sadcreview.com

Mainstreaming Gender in Environmental Assessment and Early Warning

Nairobi, Kenya, UNEP, 2005
82 páginas.

Este relatório cobre questões chave relacionadas com género no programa da UNEP. Analisa questões chave nas áreas de género e ambiente ligadas à água; pobreza, segurança, conflitos e aviso prévio. O relatório também aborda desafios e oportunidades para mais reforço ao trabalho da UNEP na área de género e ambiente. Disponível na UNEP P.O. Box 30552, Nairobi 00100, Kenya. roainfo@unep.org
Website <http://www.unep.org>

Monitoring Regional Integration in Southern Africa Yearbook Vol. 4 - (2004)

Edited by Hansohm, Dirk [et al]
Windhoek, Namibia, NEPRU, 2004
241 páginas.

Este livro centra-se na crença de que confrontando a retórica dos fazedores de políticas com a realidade empírica no terreno pode reforçar o processo de integração. Avalia o estado da integração e o passo e direcção em áreas chave de integração da política e da economia. Disponível na Namibia Economic Policy Research Unit (NEPRU) P.O BOX 40710 Windhoek, Namibia. nepru@nepru.org.na
Website www.nepru.org.na

Report of the first National Conference on Gender and HIV/AIDS

Buescher, Ludger and Muchiru, Simon.
122 páginas.

Gaborone, Botswana, Women Affairs Department, 2004
A publicação oferece uma compreensão da dinâmica social do HIV/SIDA e a relação entre género e HIV/SIDA. Disponível na Women Affairs Department, P/Bag 00107, Gaborone, Botswana
mlegwaila@gov.bw Website www.gov.bw

The SADC/EU Project on HIV and AIDS: Making a Difference

Gaborone, Botswana, SADC, 2004
27 páginas.

A publicação oferece uma visão geral do Projecto “Making the Difference”. Faz ainda uma análise da situação que a região enfrenta e razões para reforçar uma resposta por parte da SADC. Disponível na SADC HIV and AIDS Unit, SADC Secretariat, P. Bag 0095, Gaborone, Botswana. registry@sadc.int
Website www.sadc.int

Towards a Common Southern African Peacekeeping System

De Coning, Cedric
Umhlanga Rocks, South Africa: African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (ACCORD), 2004
9 páginas.

O artigo lança um olhar crítico em três dimensões às futuras incertezas da manutenção da paz: Tendências globais e desenvolvimento, contexto regional africano com foco especial sobre a União Africana, e o contexto sub-regional. Disponível na: Training for Peace, ACCORD, P. Bag X018, Umhlanga Rocks, 4320, South Africa. cedric@accord.org.za
Website www.accord.org.za

Trade, Development, Cooperation. What Future for Africa?

Edited by Melber, Henning
Uppsala, Sweden, Nordic Africa Institute, 2005
45 páginas.

Entre outros tópicos, o livro aborda o dilema que África enfrenta na área da cooperação para o desenvolvimento. O papel das instituições financeiras internacionais, e analisa o comércio, desenvolvimento e cooperação. O livro sublinha como a globalização e racionalização afectam a África Austral em tempos de liberalização do comércio. Disponível na: Uppsala, The Nordic Africa Institute.

Working with Men to End Gender-based Violence

Braude, Wolfe [et al].
Braamfontein, South Africa, Interfund, 2004
115 páginas.

Este relatório coloca a ideia de trabalhar com homens no quadro de maiores sucessos, desafios e prioridades identificados pelo estado e a sociedade civil para procurar resolver o grande problema de violência com o género. Disponível na Interfund, 76 Juta Street, Braamfontein, Johannesburg, South Africa
Alicia@itfd.co.za
Website www.itfd.co.za



A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
DA **ÁFRICA AUSTRAL HOJE**

SADC Hoje, Vol 8 No 2 Junho 2005



SADC HOJE é produzida como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos por qualquer órgão de informação, desde que a fonte seja citada.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Chengetai Madziwa, Bayano Valy, Eunice Kadiki, Mukundi Mutasa,
Chenai Mufanawejingo, Chipu Muvezwa, Alfred Gumbwa, Maidei Musimwa,
Pamela Mhlanga, Phyllis Johnson

CONSELHEIRO EDITORIAL

Petronilla Ndebele
Chefe da Unidade de Comunicações, SADC

SADC HOJE é publicada seis vezes por ano pela Southern African Research and Documentation Centre (SARDC) para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte confiável, fonte de conhecimentos sobre a África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como parte integrante para o desenvolvimento.

© SADC, SARDC, 2005

SADC HOJE recebe de bom grado todas as contribuições individuais e de organizações na região da SADC sob forma de artigos, fotos, notícias e comentários bem como artigos relevantes de fora da região. É pago um montante padrão pelos artigos e fotos utilizados na publicação. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar Segundo o espaço disponível. O conteúdo não reflectem necessariamente as posições oficiais ou opiniões da SADC ou da SARDC.

Assine Hoje

A SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições por ano, o valor é US\$75 para fora da África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permiti-lo-á receber a revista por correio aéreo ou electrónico.

SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formata electrónico em Francês.

COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya
Arnoldina Chironda

FOTOS & ILUSTRAÇÕES

3 (ambas), Black Earth Communications;
4, 13, SARDC; 5 (maior), 11, The Herald;
5 (inserida) Illustrative Options; 7, TGNP; 8-9, Editorial Vanguarda;
10 (em cima), SouthAfrican Tourism;
16 (em cima), Marion Kaplan, (em baixo), Topham Picturepoint

ORIGEM E & IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

Correspondência deverá ser enviada para:
O Editor, SADC TODAY

SARDC, 15 Downie Avenue, Belgavia, Harare, Zimbabwe
Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271
sadcoday@sardc.net

ou

SADC HOJE
SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique
Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178
sardc@maputo.sardc.net

Websites do Information 21

www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

SADC HOJE é pojada pelo governo belga, sob o projecto 21 de Informação da SADC, cujo objectivo é reforçar a integração regional através de informação e partilha de conhecimentos, baseada nas relações e afinidades históricas, sociais e culturais e ligações entre os povos da região, e para avançar uma agenda da SADC do século 21.

DIÁRIO DE EVENTOS 2005

Junho

1-3 África do Sul

Cimeira Económica Africana

Organizada pelo Forum Económico Mundial, a cimeira junta o sector privado, a sociedade civil e líderes políticos para discutir oportunidades de comércio e investimento em África.

1-15 Tanzania

Formação de Género em Políticas e HIV/SIDA

O curso centra-se sobre capacitação de agentes de alto nível, fazedores de políticas e gestores que trabalham na área do HIV/SIDA na região e ainda sobre matérias relacionadas com políticas de género.

8-9 Lesoto

Comité Integrado de Ministros da SADC

O ICM é composto por dois ministros de cada país membro da SADC. O seu papel é o de garantir aconselhamento adequado e coordenação de actividades multi-sectoriais na SADC. O encontro, a ter lugar em Maseru, vai passar em revista as actividades das direcções da SADC para garantir uma rápida implementação dos programas de que de outro modo esperaríamos por decisões do Conselho de Ministros.

20-22 Lesoto

Adjudicação de Prémios Jornalísticos da SADC

Para adjudicar entradas para o concurso de 2005

29-30 Malawi

Quinta Reunião de Consulta de Parceiros da Parceria Global da Água na África Austral

Julho

3-4 Líbia

Cimeira da União Africana

Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo dos 53 países membros da UA. A agenda da cimeira inclui a representação africana no Conselho de Segurança da ONU e as reformas da ONU.

6-8 Escócia

Cimeira do G8 na Escócia

Líderes do Grupo de oito países, composto pelo Canada, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos vão se reunir em Gleneagles, na Escócia. Sob a presidência do Reino Unido, a cimeira vai discutir os desafios de África e as mudanças climáticas globais.

12-16 Botswana

Reunião da NEPAD sobre ambiente na sub-região

Uma da série de conferências sub-regionais de consulta, esta reunião irá se centrar sobre a África Austral, e vai juntar peritos e um grupo especial da NEPAD para traçar um plano de acção para o desenvolvimento do ambiente na sub-região.

11-22 Botswana

Políticas de atendimento sanitário sobre HIV/SIDA

Organizada pelo Centro Jornalístico dos países Nórdicos e SADC, este workshop visa equipar os jornalistas com capacidade para entender, analisar e reportar profissionalmente matérias relacionadas com anti-retrovirais.

Agosto

17-18 Botswana

Cimeira das Bodas de Prata de SADC

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo é a mais alta instituição fazedora de políticas da SADC. A Cimeira de Gaborone é histórica na medida em que será o culminar das celebrações que vão marcar 25 anos de progresso. A cimeira vai teste munhar a entrega oficial da presidência rotativa da SADC do Primeiro Ministro das Maurícias, Paul Berenger, para o Presidente do Botswana, Festus Mogae. O Conselho de Ministros da SADC irá se reunir antes da cimeira para preparar recomendações sobre políticas a serem adoptadas.

31 - 02/09 Botswana

Fórum Mundial sobre Tecnologias de Informação 2005

O governo do Botswana, em colaboração com a Conferência Internacional para o Processamento de Informação, vai acolher o fórum sobre tendências globais na área dos TICs.

Setembro

6- 9 Tanzania

Festival de Género 2005

Organised by the Tanzania Gender Networking Programme under the theme "Gender, Democracy and Development: Popular Struggles for an Alternative World", the festival brings together gender-focused groups to discuss the progress made on gender equality, social transformation and participatory democracy.

13-16 África do Sul

O tema da conferência é "Sustentando a Saúde Mundial Através da Epidemiologia Ambiental: Estabelecendo uma Nova Agenda Global de Pesquisa". Este é um fórum para representantes de governos, industriais e da comunidade, para discutir matérias relacionadas com saúde e ambiente.

14-16 NU - Nova Iorque

Cimeira da Revisão do Milénio + 5

A Assembleia Geral da ONU vai levar a cabo uma revisão abrangente dos progressos alcançados a nível mundial com vista a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, adoptados pelos líderes mundiais em 2000.

30 anos

Mozambique Independence
1975 - 2005

Estabelecendo uma ponte sobre o Rovuma, ligando a unidade

por Bayano Valy

MOÇAMBIQUE ESTÁ separado da República Unida da Tanzania pelo Rio Rovuma, e sem uma ponte para ligar a sua longa e partilhada história.

Isso está agora a ser rectificado e os dois governos assinaram um acordo de intenções para construir uma infraestrutura física sobre o rio que divide (ou une) os dois povos.

A "Ponte da Unidade" terá 600 metros de comprimento. Quase 30 anos a ser concebido, a ponte pode tornar-se uma realidade por volta de 2008.

A Ponte da Unidade é um projecto a curto prazo que foi submetido pela SADC ao secretariado da NEPAD.

Espera-se que o projecto dê um novo impeto ao desenvolvimento, não só das regiões ribeirinhas de Mtwara, na Tanzania, e de Cabo Delgado, em Moçambique, mas a região da SADC como um todo visto ser uma importante componente do Corredor de Desenvolvimento do Mtwara, uma iniciativa de desenvolvimento especial que inclui o Malawi e a Zâmbia.

Para além de estar geograficamente ligados, Moçambique e Tanzania têm ligações históricas, culturais, sociais, políticas e económicas que remontam à história pre-colonial.

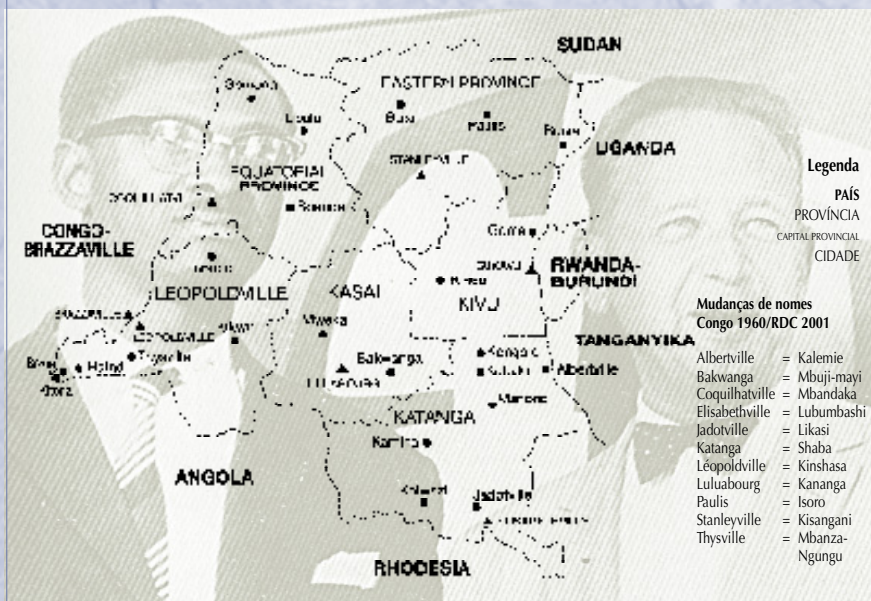
A República Unida da Tanzania acolheu os combatentes de libertação de Moçambique nos anos 1960 e princípios de 1970 até à independência, em 1975, e também contribuiu com tropas para apoiar Moçambique na luta contra a agressão da vizinha Rodésia e África do Sul.

A ponte, que deverá custar 33 milhões de dólares americanos vai ser financiada pelos dois governos. O presidente tanzaniano, Benjamin Mkapa salientou que nem Moçambique nem a Tanzania são tão pobres que não possam financiar um tão importante project de unificação.



MOÇAMBIQUE: do Rovuma ao Maputo. A transição para a independência começou em 1974, depois de 10 anos de luta armada, com a assinatura de um acordo com a potência colonial, Portugal. Então começou a marcha da vitória através do país pelas forças libertadoras da Frelimo, lideradas por Samora Machel, que se tornou no primeiro presidente de Moçambique, a 25 de Junho de 1975. A foto mostra Machel (ao centro) à sua chegada à então Lourenço Marques no final da sua marcha do rio Rovuma, no norte do país ao Maputo, no sul. À esquerda de Machel (de fato) está o homem que mais tarde o sucedeu como presidente de Moçambique, Joaquim Chissano. À direita de Machel está o antigo vice-presidente da Frelimo, Marcelino dos Santos. Atrás de dos Santos está o actual Presidente de Moçambique, Armando Guebuza (fato escuro). Outros são o assistente de Machel, Fernando Howana (atrás), e o jornalista David Martin (em frente).

Congo (hoje República Democrática do Congo) como era na altura da sua independência da Bélgica em 1960.



Patrice Lumumba, o primeiro presidente do Congo, com o secretário geral da ONU, Dag Hammarskjöld, depois da sua conferência na sede da ONU em Nova Iorque sobre a crítica situação no Congo, a 24 de Julho de 1960. "Lumumba não era um comunista. Era nacionalista, preparado para aceitar ajuda de qualquer parte, desde que fosse incondicional, que não comprometesse a soberania do país". Ludo de Witte, *O assassinato de Lumumba*, Jacana 2001

Feridos na SADC Junho – Agosto 2005

1 de Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
14 de Junho	Dia da Liberdade	Malawi
16 de Junho	Dia da Juventude	África do Sul
24 de Junho	Dia do Pescador	RDC
25 de Junho	Dia da Independência	Moçambique
30 de Junho	Dia da Independência	RDC
1 de Julho	Dia do Sir Seretse Khama	Botswana
4 de Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
5 de Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 de Julho	Dia da Independência	Malawi
7 de Julho	Feira Internacional Comércio	Tanzania
7 de Julho	Saba Saba	Tanzania
17 de Julho	Aniversário do Rei	Lesoto
18 de Julho	Dia do Presidente	Botswana
19 de Julho	Feriado Público	Botswana
22 de Julho	Feriado Público	Swazilândia
1 de Agosto	Dia do Pai na	RDC
8 de Agosto	Dia do Camponês	Tanzania
8 de Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
9 de Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
9 de Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
17 de Agosto	Dia da SADC	(todos os países membros)
26 de Agosto	Dia dos Heróis	Namibia